



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 6º PERÍODO - DATA: 22/09/2025

## GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

**"A cada página lida e a cada aula assistida, você constrói sua própria história".**

***Boa Prova!***

Disciplina: Direito Processual Civil III  
Professor: Roberta Favalessa Donini

### Questão 01

São requisitos da petição inicial, conforme artigo 319 do Código de Processo Civil:

I – o juiz da causa que é dirigida

II – os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III – o fato, não sendo necessário os fundamentos jurídicos do pedido;

IV – o pedido com as suas especificações;

V – o valor da causa;

**Está correto:**

- a) I, II, III, IV e V
- b) somente II, III, IV.
- c) somente II, IV e V.
- d) somente II, III, IV e V.

### Questão 02

Ao receber a petição inicial, o juiz irá examinar se ela atende a todos os requisitos da lei. Se faltar qualquer um deles ou se a petição estiver insuficientemente instruída, o juiz apontará a falta e dará o prazo de \_\_\_ dias úteis para que o autor a \_\_\_ ou a complete (art. 321/CPC).

Preenche corretamente as lacunas.

- a) 10 e imende.
- b) 20 e emende.
- c) 15 e remende.
- d) 15 e emende.

### Questão 03

De acordo com o Código de Processo Civil, a petição inicial será considerada inepta quando

- a) veicular pedido contrário a tese firmada em recurso especial repetitivo.
- b) veicular pedidos alternativos.
- c) não tiver pedido ou causa de pedir.
- d) as partes não forem legítimas.

### Questão 04

Analise as afirmativas a seguir.

I. A petição inicial deve conter o valor da causa, mesmo com pedido genérico.

II. A cumulação de pedidos é permitida se forem compatíveis e do mesmo procedimento.

III. O pedido deve ser certo e determinado, salvo exceções legais.

IV. É possível pedido alternativo quando o devedor puder cumprir uma ou outra prestação.

**Está correto o que se afirma em**

- a) I, II, III e IV.
- b) II e IV, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

### Questão 05

No processo civil, quando a petição inicial não apresentar pedido ou causa de pedir, será considerada

- a) incompleta.
- b) inepta.

- c) apta.
- d) incerta.

Disciplina: Direito dos Contratos II Professor: Leonardo Luiz Ferreira
---

### Questão 06

Em se tratando de contratos de compra e venda, a cláusula que impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto, é a cláusula de Alternativas:

- a) venda a contento
- b) retrovenda
- c) preempção
- d) venda sujeita a prova

### Questão 07

É certo afirmar:

- I. Nos contratos de compra e venda de bens móveis e imóveis, admite-se que a venda ocorra de forma *ad mensuram* ou *ad corpus*.
- II. São características do contrato de compra e venda: a bilateralidade; a consensualidade; a onerosidade; geralmente, a comutatividade; e a instantaneidade.
- III. A venda com reserva de domínio é cláusula especial do contrato de compra e venda pela qual o comprador assume a posse da coisa, mas só se torna seu proprietário após pagar o preço integral.
- IV. As cláusulas especiais do contrato de compra e venda previstas no Código Civil são cláusulas obrigatórias por rigor legal, sendo, opcionais, somente naqueles negócios que a própria lei criar a exceção.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas

### Questão 08

A respeito do contrato de compra e venda, é certo afirmar que:

- a) nulo é o contrato de compra e venda quando se atrela o preço exclusivamente a taxas de mercado ou bolsa.
- b) o direito de preferência que tem o vendedor de uma coisa de adquiri-la do comprador é personalíssimo, não se podendo ceder e nem passar aos herdeiros.
- c) o contrato de compra de safra futura ficará sem efeito se esta, por razões climáticas, vier a se perder, sendo nula, nessa hipótese, a cláusula que permita ao vendedor ficar com o preço já recebido.
- d) será nula a venda feita sem a observância de direito de preferência estipulado em favor de terceiro.

### Questão 09

De acordo com o regramento do Código Civil acerca da chamada cláusula de reversão nos contratos de doação, assinale a alternativa correta.

- a) O doador não pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, visto que o direito brasileiro proíbe a cláusula de reversão.
- b) apenas é admitida a utilização da cláusula de reversão quando o doador não possuir descendentes vivos no ato da liberalidade.

- c) A cláusula de reversão tem valor jurídico somente para os contratos de doação formalizados na vigência do Código Civil de 1916, pois ela foi proibida pelo Código Civil de 2002.
- d) doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário.

### Questão 10

Acerca de contrato de doação e seus efeitos, assinale a opção correta.

- a) O contrato de doação deve sempre ser realizado de forma escrita.
- b) É válida a doação de ascendente a descendente, ou de um cônjuge a outro, sendo que essa liberalidade implica em adiantamento do que lhes couber por herança.
- c) Não se admite a doação ao nascituro, pois o início da personalidade jurídica da pessoa natural ocorre do nascimento com vida.
- d) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário, prevalecendo a cláusula de reversão perante terceiros.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial IV

Professor: André de Paula Viana

### Questão 11

Um funcionário público, responsável pela emissão de certidões, insere em um documento verdadeiro uma informação falsa com o objetivo de beneficiar um amigo, que assim consegue obter uma vantagem indevida em um concurso público. Qual crime contra a fé pública o funcionário cometeu?

- A) Falsificação de documento público.
- B) Falsidade ideológica.
- C) Falsificação de documento particular.
- D) Uso de documento falso.

### Questão 12

João, estudante de Direito, decide criar uma nota de R\$ 50,00 falsa utilizando sua impressora doméstica. Ele consegue produzir uma cédula com aspecto convincente, mas antes de tentar passá-la adiante, a Polícia Federal, em uma busca e apreensão por outro motivo, encontra a cédula em sua carteira. Qual crime João cometeu?

- A) Estelionato.
- B) Falsificação de documento público.
- C) Moeda falsa.
- D) Posse de moeda falsa de boa-fé.

### Questão 13

Maria, para conseguir um emprego em uma empresa privada, altera a data de conclusão de seu diploma universitário, que é um documento particular, para que pareça que ela se formou antes do que realmente ocorreu. Ela apresenta o documento alterado na entrevista. Qual crime Maria cometeu?

- A) Falsificação de documento público.
- B) Falsidade ideológica.
- C) Falsificação de documento particular.
- D) Falsa identidade.

### Questão 14

Após falsificar uma carteira de identidade (documento público), Pedro a utiliza para abrir uma conta bancária. Qual é o crime mais grave a ser imputado a Pedro, considerando que ele mesmo falsificou e usou o documento?

- A) Falsificação de documento público, pois o uso é um post factum impunível.
- B) Uso de documento falso, pois o uso é a consumação do ato.
- C) Falsificação de documento particular.
- D) Falsa identidade.

### Questão 15

Marcos encontra uma cédula de R\$ 20,00 falsificada, mas a recebe de boa-fé. Ao tentar pagar uma compra no mercado, ele percebe que a nota é falsa. Mesmo sabendo da falsidade, ele decide tentar passá-la adiante, e o faz com sucesso. Qual crime Marcos cometeu?

- A) Moeda falsa (caput do Art. 289).
- B) Estelionato.
- C) Falsificação de moeda.
- D) Moeda falsa privilegiada (§ 2º do Art. 289).

Disciplina: Direito Processual Penal I

Professor: Andréia de Paula Viana

### Questão 16

Segundo a doutrina processual penal, a finalidade do PROCESSO PENAL pode ser descrita como:

- a) Proteger apenas o acusado contra o arbítrio estatal, afastando a possibilidade de aplicação da sanção penal.
- b) Garantir exclusivamente a punição do acusado, ainda que com violação de direitos e garantias fundamentais.
- c) Conciliar a efetividade da persecução penal com a observância do devido processo legal, assegurando a justa aplicação da sanção ou da absolvição.
- d) Priorizar a celeridade do julgamento em detrimento do contraditório e da ampla defesa, a fim de dar resposta imediata à sociedade.

### Questão 17

O Art. 3º-A do Código de Processo Penal (incluído pela Lei nº 13.964/2019 – Pacote Anticrime) positivou o seguinte SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO:

- a) Inquisitivo, pois confere ao juiz poderes absolutos na produção da prova.
- b) Dispositivo, pois atribui às partes a total condução do processo, sem intervenção judicial.
- c) Acusatório, por assegurar a separação entre as funções de acusar e julgar, com respeito ao contraditório e à ampla defesa.
- d) Misto, já que reúne características inquisitivas na fase investigatória e acusatórias na fase processual.

### Questão 18

No processo penal brasileiro, é assegurado ao acusado o direito de participar ativamente do processo, podendo se manifestar sobre todos os atos e provas nele produzidos. Esse direito decorre diretamente do princípio:

- a) Princípio da ampla defesa e contraditório.
- b) Princípio da proporcionalidade.
- c) Princípio da obrigatoriedade da ação penal.
- d) Princípio da publicidade dos atos processuais.

### Questão 19

No processo penal brasileiro, diversos princípios constitucionais orientam a aplicação da lei e garantem a proteção dos direitos fundamentais do acusado. Entre eles, destacam-se o princípio da presunção de inocência e o princípio da não autoincriminação (*Nemo tenetur se detegere*), que assegura ao acusado o direito de não produzir prova contra si mesmo. Considerando esses fundamentos, assinale a alternativa correta:

- a) Os princípios da presunção de inocência e da não autoincriminação asseguram garantias essenciais ao acusado, limitando o poder punitivo estatal.

- b) O princípio da presunção de inocência impede apenas a prisão preventiva antes do trânsito em julgado.
- c) O *Nemo tenetur se detegere* obriga o acusado a colaborar com a investigação e confessar a prática do crime.
- d) Ambos os princípios têm aplicação relativa, podendo ser afastados sempre que houver interesse da acusação.

### Questão 20

A figura do juiz das garantias foi introduzida no Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), com o objetivo de reforçar o sistema acusatório no Brasil. A principal finalidade do juiz das garantias é:

- a) Atuar como órgão de acusação, promovendo a denúncia em face do investigado.
- b) Julgar a ação penal até a sentença definitiva, acumulando funções de investigação e julgamento.
- c) Zelar pela legalidade da investigação criminal e pela proteção dos direitos fundamentais do investigado, sem participar do julgamento de mérito.
- d) Exercer funções administrativas no tribunal, fiscalizando o cumprimento de metas processuais.

Disciplina: Direito Financeiro Professora: Roberta Favalessa
---

### Questão 21

A atividade financeira é representada pelo conjunto de ações que o Estado desempenha visando à obtenção de recursos para seu sustento e a respectiva realização de gastos para a execução de necessidades públicas.

Para isso, o Estado precisa:

- I – orçamento público.
- II – receita
- III - condições e limites de gasto do dinheiro público
- IV – tributos
- V – empresas públicas.

**Referida atividade depende de três elementos que se interconectam na definição proposta:**

- a) I, II e III.
- b) III, IV e V.
- c) I, III e V.
- d) II e IV

### Questão 22

Suponhamos a seguinte situação hipotética: O Estado Alfa editou Lei estadual 123/90 regulando todo seu sistema financeiro para atender suas peculiaridades locais. Ocorre que, quando da edição da Lei 123/90, inexistia Lei Federal regulamentando normas gerais. Após 20 anos de vigência da Lei 123/90, a União editou neste ano a Lei 1.234/25, a qual tratava especificamente de normas gerais.

Diante da situação acima, é correto afirmar:

- a) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- b) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- c) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual em seu todo.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual completamente, devendo o Estado editar nova lei de acordo com a Lei Federal.

### Questão 23

São princípios específicos do Direito Financeiro:

- a) retroatividade benéfica da lei, legalidade, economicidade e transparência.
- b) responsabilidade civil, legalidade, economicidade e transparência.
- c) legalidade, razoabilidade, transparência e responsabilidade fiscal.
- d) legalidade, economicidade, transparência e responsabilidade fiscal.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica Prof.: Aldení Lima
--

### Questão 24

Para Lakatos e Marconi (2009, p. 18, grifos nossos) o senso comum “não se distingue do conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do ‘conhecer’”. Todavia, recebe pejorativamente a denominação de conhecimento vulgar ou popular.

O senso comum também é capaz de produzir aquilo que as ciências chamam de dogma.

Assinale a alternativa que exemplifica um tipo de dogma.

- a) Na biologia, por exemplo, os primeiros estudos sobre as células, os quais não apontaram a existência de organelas celulares.
- b) A reflexão sobre os fatos e problemas que cercam o ser humano, sempre na tentativa de compreender e problematizar, mas tem a intenção de resolvê-los.
- c) Os desenhos (pinturas rupestres) com a finalidade de se comunicarem e de se expressarem.
- d) As ações dos terroristas islâmicos, que se vestem de bombas e sacrificam sua vida para matar muitas outras que não sigam a sua religião.

### Questão 25

Os tipos de pesquisas podem ser classificados de acordo com o seu objetivo geral e, segundo Gil (2002), podem ser divididas em pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas. Os objetivos, como lembra Mattar Neto (2014), estão relacionados com os propósitos do estudo, ou seja, o que você quer estudar e para quê.

Sobre os tipos de pesquisa, analise o trecho:

“Na testagem do efeito de um medicamento sobre uma determinada doença, onde temos dois grupos de indivíduos, um no qual o medicamento foi aplicado e outro não. No final, o pesquisador compara a evolução da doença entre os grupos.”

Indique a qual tipo de pesquisa o trecho se refere:

- a) Pesquisa exploratória.
- b) Pesquisa descritiva.
- c) Pesquisa explicativa.
- d) Pesquisa bibliográfica.